

Reditus, SGPS, S. A.

Relatório do Conselho de Administração Exercício de 2010

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os nossos Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, da Reditus, SGPS, S. A., relativos ao exercício de 2010.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

As últimas projecções disponíveis apontam para um crescimento de 1,3 por cento da actividade económica em 2010, o que comporta uma desaceleração pronunciada na parte final do ano. De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o crescimento do PIB nos três primeiros trimestres de 2010 registou uma variação homóloga de 1,5 por cento. Esta evolução reflecte, por um lado, o expressivo crescimento das exportações – proporcionado pelo aumento da procura externa – e, por outro, o elevado dinamismo do consumo privado. Esta evolução da procura induziu um crescimento não negligenciável das importações.

No final do ano assistiu-se à desaceleração de todas as componentes da procura interna (excluindo variação de existências), em especial do consumo privado. Esta evolução estará a reflectir nomeadamente a antecipação dos efeitos das medidas anunciadas para o Orçamento de Estado para 2011, bem como a deterioração continuada das condições no mercado de trabalho e de financiamento da economia. O consumo privado abrandou e as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento significativo, embora inferior ao observado no trimestre anterior, em linha com a evolução da procura externa.

A evolução da actividade em 2011 reflectirá o impacto recessivo das medidas de ajustamento orçamental em curso e das que podem advir da negociação de uma ajuda internacional a Portugal, assim como os estrangulamentos no financiamento da actividade que comporta a necessidade de “desalavancagem” global da economia.

2. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

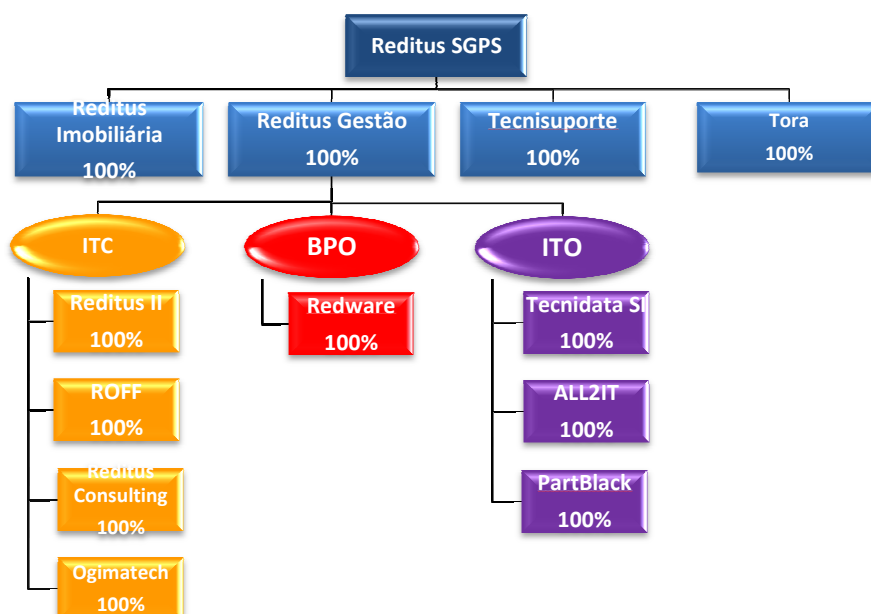
O Grupo Reditus é um dos maiores players nacionais no sector das Tecnologias de Informação. Fundado em 1966, o Grupo emprega actualmente mais de 2.000 profissionais e regista um Volume de Negócios de 116 milhões de euros, mais de um terço dos quais respeita à sua intervenção internacional.

Durante o ano de 2010 foram concretizadas várias aquisições de empresas com uma forte especialização em mercados de nicho, que permitiram o reforço do Grupo Reditus como um dos maiores players nacionais de Tecnologias de Informação, contando com uma oferta alargada e especializada. O exercício de 2010 foi, então, caracterizado pelo processo de integração da Partblack, Tora, Sapi2, Ogimatech e Digisis, que conduziu a uma reorganização interna entre as várias empresas que compõem o Grupo. Esta reorganização, que não foi mais do que o desenvolvimento natural de uma estratégia integrada, permitiu (i) alavancar os níveis de complementaridade que existem entre os vários negócios, (ii) explorar as oportunidades de cross-selling entre as bases de Clientes dos grupos originais; (iii) desenvolver novos produtos e serviços, alargando as competências; (iv) aumentar a eficiência operacional e a contenção de custos; (iv) posicionar melhor o Grupo para a antecipação e reacção às tendências do mercado de TI e para fazer face as novas realidades económicas e (v) reforçar a estratégia do Grupo de crescimento em termos não só orgânicos.

No final de 2010, a Reditus optou por desinvestir na área de Engenharia e Mobilidade, de forma a focar o esforço nas áreas que melhor se enquadram na estratégia de crescimento definida. Desta forma, no final do ano a estrutura do Grupo apresentava três áreas de negócio: IT Consulting; BPO; e IT Outsourcing.

É ainda de realçar a referência da IDC ao Grupo Reditus como o maior fornecedor português de serviços de Outsourcing de TI, para o qual contribuem muito significativamente os 11 Centros de Serviço localizados estrategicamente na região de Lisboa, Porto, Benavente, Covilhã e Castelo Branco.

Organograma



IT Consulting

Esta área de negócio é representada pela ROFF, Reditus II (Skills & Solutions e Solutions Factory), Reditus Consulting (ex-Digisis) e Ogimatech e fornece serviços de Consultoria de Tecnologias de Informação incluindo Consultoria SAP, Outsourcing Especializado e Software Factory e serviços de Consultoria de Negócio.

A oferta de serviços de Consultoria SAP inclui: SAP Business Consulting, SAP Consulting, SAP Maintenance, SAP Development Factory e SAP Software & Maintenance Licensing.

À área do Outsourcing Especializado compete reforçar e cooperar com os seus Clientes/Parceiros em projectos de desenvolvimento aplicacional em diversas áreas e competências tecnológicas.

A Software Factory implementa uma abordagem de produção de software obedecendo aos princípios de standardização, especialização, escalabilidade e economia. Nesta perspectiva é possível uma maior eficiência no processo de concepção, economias de escala na produção, um controlo rigoroso da qualidade e com maior rapidez de desenvolvimento.

Em Abril de 2010, a ROFF adquiriu a totalidade do capital da SAPI2 CI - Consultoria Informática, SA, empresa de consultoria de sistemas de informação e implementadora de soluções SAP sediada no Porto, cuja integração nas demonstrações financeiras consolidadas se reporta a 1 de Abril de 2010.

Em Julho e Agosto de 2010, a Reditus adquiriu a Digisis (agora Reditus Consulting) e a Ogimatech, respectivamente. A Reditus Consulting aporta capacidade de gestão e uma prática consolidada nas áreas de consultoria de negócio e de IT, nomeadamente nos sectores Financeiro, Público e de Telecomunicações, constituindo-se como um importante elemento na estratégia de desenvolvimento e transformação do Grupo Reditus, assegurando as competências necessárias a uma liderança sustentada do processo, tendo em vista a implementação de uma organização com forte vocação sectorial, que integre o conhecimento do negócio e dos processos dos seus clientes, com uma oferta de soluções e serviços especializados e diferenciadores.

A Ogimatech oferece serviços de consultoria internacional em áreas como estratégia de negócio, processos e organização, sistemas de informação e tecnologias. Paralelamente oferece também assistência em projectos de cooperação

para o desenvolvimento em países subdesenvolvidos, normalmente financiados por entidades internacionais como a União Europeia, Banco Mundial ou Banco Africano de Desenvolvimento. A empresa tem um historial de mais de 20 anos de forte presença em Angola, onde tem sido um importante parceiro de diversas entidades estatais, em especial no sector petrolífero, tendo também uma forte presença em Moçambique.

Business Process Outsourcing (BPO)

O BPO é representado pela Redware, líder de mercado na área de operações de Back-Office e Front-Office em regime de Outsourcing (Business Process Outsourcing) em Portugal.

Com metodologias próprias, tecnologias associadas e recursos especializados, a Redware apresenta as melhores soluções de Outsourcing na área de tratamento de dados. As actividades do BPO incluem serviços de: (i) Operação de Back-Office Bancário com especial incidência na Contratação de Crédito e na Gestão de Recuperação/Cobranças; (ii) Tratamento de Documentos (Digitalização e Indexação); (iii) Gestão de Arquivos; (iv) Gestão de Correspondência; e (v) Serviços para o sector Segurador com especial incidência na área de sinistros. Os Serviços de Front-Office (Contact Center) tiveram especial desenvolvimento no ano de 2010 com cerca de 300 posições activas, tendo sido fechado no final deste ano e com incidência para os anos seguintes contratos que vêm adicionar mais cerca de 700 postos de operações.

A Redware possui à data nove Centros de Serviços em Portugal, onde opera contratos de Outsourcing para diversos Clientes.

IT Outsourcing

O IT Outsourcing é representado pela Tecnidata, pela ALL2IT e pela Partblack (Panda Security Portugal). Esta área de negócio disponibiliza aos seus Clientes competências integradas no perímetro das Infra-estruturas de TI. Os serviços prestados incluem: (i) HelpDesk de Tecnologias de Informação e Comunicações (Service Desk), (ii) Gestão e Manutenção de Equipamentos, (iii) Projecto e Implementação de Redes de Dados (Networking e Segurança), (iv) Gestão e Manutenção de Redes e Sistemas e (v) Distribuição do Software de Segurança da Panda Security.

Nesta unidade de negócio destaca-se o reforço significativo de competências e especialização em tecnologia Microsoft e HP, reconhecido com a atribuição do prémio “Country Partner of the Year 2010” e “Best performing Partner”, respectivamente, e a racionalização e reestruturação que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções nesta área, permitindo a redução de gastos e o aumento da eficiência operacional.

3. PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

A Reditus SGPS obteve em 2010 Proveitos Operacionais de 1.466.940 Euros, o EBITDA atingiu o valor de 262.417 Euros e o Resultado Líquido foi positivo em 907.984 Euros.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

A actividade da Reditus SGPS continuará centrada no apoio à gestão das empresas em cujo capital actualmente participa, directa e indirectamente, reflectindo nessa acção as orientações estratégicas definidas para todo o Grupo Reditus.

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo o exercício de 2010 encerrado com um resultado líquido positivo de 907.984 Euros, o Conselho de Administração propõe que:

-45.399 Euros sejam transferidos para Reservas Legais;

-862.585 Euros sejam transferidos para Resultados Transitados.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade. Mais declaram que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

7. AGRADECIMENTOS

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objectivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Fiscal Único, dos Bancos e dos outros parceiros de negócios.

Alfragide, 30 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Eng. Miguel Maria Sá Pais do Amaral - Presidente

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato - Administrador

Eng. José António Gatta - Administrador

Dr. Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. António Nogueira Leite - Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira – Administrador

Eng. António Maria de Mello Silva César e Menezes - Administrador

Dr. José Lemos – Administrador

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos – Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REDITUS - SGPS, SA.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	115.387	177.031
Goodwill	7	1.175.576	2.991.385
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	65.824.421	12.117.938
Activos por impostos diferidos	10	1.371.376	1.758.869
Total do activo não corrente		<u>68.486.760</u>	<u>17.045.223</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	11	2.197.260	611.689
Estado e outros entes públicos	18	570.168	391.418
Accionistas / sócios	16	7.660.505	30.475.216
Outras contas a receber	11	5.593.303	25.170.996
Diferimentos	12	528.748	19.207
Activos financeiros detidos para negociação	13	252.187	363.981
Activos não correntes detidos para venda	8	3.904.046	
Caixa e depósitos bancários	11	1.486.861	387.961
Total do activo corrente		<u>22.193.078</u>	<u>57.420.468</u>
Total do activo		<u><u>90.679.838</u></u>	<u><u>74.465.690</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	14	51.557.265	44.630.250
Ações (quotas) próprias	14	(1.156.757)	(1.135.357)
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão	14	11.146.578	8.507.386
Reservas legais	14	2.024.635	2.024.635
Outras reservas		1.522.269	1.522.269
Resultados transitados		11.615	376.906
Ajustamentos em activos financeiros		(23.439.454)	(15.410.350)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
Outras variações no capital próprio		-	-
		<u>41.672.090</u>	<u>40.521.678</u>
Resultado líquido do período		907.984	(365.291)
Total do capital próprio		<u><u>42.580.074</u></u>	<u><u>40.156.387</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	1.538.130	1.504.367
Financiamentos obtidos	16	1.938.889	2.000.000
Passivos por impostos diferidos	10	-	139.393
Outras contas a pagar	17	640.640	76.291
Total do passivo não corrente		<u>4.117.659</u>	<u>3.720.051</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	16	1.409.548	367.150
Estado e outros entes públicos	18	672.419	121.771
Accionistas / sócios			243.287
Financiamentos obtidos	16	41.050.548	28.798.426
Outras contas a pagar	17	743.961	1.058.618
Passivos não correntes detidos para venda	8	105.630	
Total do passivo corrente		<u>43.982.105</u>	<u>30.589.252</u>
Total do passivo		<u><u>48.099.764</u></u>	<u><u>34.309.303</u></u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>90.679.838</u></u>	<u><u>74.465.690</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	19	1.466.940	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	3.648.249	2.197.671
Fornecimentos e serviços externos	20	(6.107.166)	(1.878.304)
Gastos com o pessoal	21	(965.862)	(1.000.912)
Provisões (aumentos / reduções)			(175.000)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		3	-
Aumentos / reduções de justo valor	19	8.233	-
Outros rendimentos e ganhos	23	2.958.809	1.378.794
Outros gastos e perdas	24	(746.786)	(563.386)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		262.420	(41.137)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	22	(66.990)	(85.144)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		195.430	(126.281)
Juros e rendimentos similares obtidos	19	1.219.818	125.715
Juros e gastos similares suportados	25	(928.548)	(535.952)
Resultado antes de impostos		486.700	(536.518)
Imposto sobre o rendimento do período	10	421.284	171.227
Resultado líquido do período		907.984	(365.291)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado por acção básico		0,100	(0,042)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2009

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2009	2	44.630.250	(173.245)	8.507.386	1.999.993	1.522.269	2.275.086	54.326.768	5.939	113.094.446
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				24.642		(1.898.180)		(69.737.118)		(69.737.118)
										(1.873.538)
		<u>44.630.250</u>	<u>(173.245)</u>	<u>8.507.386</u>	<u>2.024.635</u>	<u>1.522.269</u>	<u>376.906</u>	<u>(15.410.350)</u>	<u>5.939</u>	<u>41.483.790</u>
Resultado líquido do período									(365.291)	(365.291)
Resultado integral									(365.291)	41.118.499
Operações com detentores de capital no período										
Outras operações			(962.112)							(962.112)
			<u>(962.112)</u>							<u>(962.112)</u>
Posição no fim do período 2009		<u>44.630.250</u>	<u>(1.135.357)</u>	<u>8.507.386</u>	<u>2.024.635</u>	<u>1.522.269</u>	<u>376.906</u>	<u>(15.410.350)</u>	<u>5.939</u>	<u>(365.291)</u>

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2010

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2010	14	44.630.250	(1.135.357)	8.507.386	2.024.635	1.522.269	11.615	(15.410.350)	5.939		40.156.387
Efeito de aquisição / alienação de participadas								(7.240.715)			(7.240.715)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								(788.389)			(788.389)
Variação nos excedentes de revalorização Reditus Imobiliária											(788.389)
		<u>44.630.250</u>	<u>(1.135.357)</u>	<u>8.507.386</u>	<u>2.024.635</u>	<u>1.522.269</u>	<u>11.615</u>	<u>(23.439.454)</u>	<u>5.939</u>	<u>-</u>	<u>32.127.283</u>
Resultado líquido do período										907.984	907.984
Resultado integral										<u>907.984</u>	<u>33.035.267</u>
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital		6.927.015		2.639.192							9.566.207
Outras operações			(21.400)								(21.400)
		<u>6.927.015</u>	<u>(21.400)</u>	<u>2.639.192</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.544.807</u>
Posição no fim do período 2010		<u>51.557.265</u>	<u>(1.156.757)</u>	<u>11.146.578</u>	<u>2.024.635</u>	<u>1.522.269</u>	<u>11.615</u>	<u>(23.439.454)</u>	<u>5.939</u>	<u>907.984</u>	<u>42.580.074</u>

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**
(Montantes expressos em euros)

	Notas	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		4.368.559	184.972
Pagamentos a fornecedores		(6.013.853)	(3.350.209)
Pagamentos ao pessoal		(629.795)	(444.599)
Caixa gerada pelas operações		(2.275.089)	(3.609.836)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(300.191)	393.054
Outros recebimentos / pagamentos		2.207.056	6.268.224
Fluxos das actividades operacionais [1]	4	(368.224)	3.051.442
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3.474)	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		(65.298.116)	
Outros activos		(12.724.198)	
		(78.025.788)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		52.719.998	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		461.524	125.715
Dividendos		53.181.522	125.715
Fluxos das actividades de investimento [2]	4	(24.844.266)	125.715
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		28.896.328	4.903.409
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		10.171.487	
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento		39.067.815	4.903.409
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(13.385.232)	(2.285.966)
Juros e gastos similares		(810.033)	(532.128)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(21.400)	(962.112)
Outras operações de financiamento		(153.947)	(8.314.037)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	4	24.697.203	(7.190.834)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(515.287)	(4.013.677)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		(53.444)	3.960.233
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(568.731)	(53.444)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, foi constituída em 1966 e tem a sua sede social em Lisboa, na Rua Pedro Nunes n.º 11.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30/03/2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2010.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

A Sociedade adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

A Sociedade alterou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010.

A transição para as NCRF resultou nas seguintes alterações em políticas contabilísticas:

-método de equivalência patrimonial.

Reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009:

Rubrica	01-01-2009	31-12-2009
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	113.094.446	108.099.628
<i>MEP</i>	(70.140.913)	(67.943.241)
	<hr/>	<hr/>
<i>Efeito fiscal</i>	(70.140.913)	(67.943.241)
Ajustamento total ao capital próprio	(70.140.913)	(67.943.241)
	<hr/>	<hr/>
Capital próprio de acordo com as NCRF	42.953.533	40.156.387

Os efeitos, no balanço em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, detalham-se como se segue:

	31.12.2009				
	IFRS	Ajustamentos de conversão para NCRF	Reclassificações de conversão para NCRF	Outros	NCRF
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Activos fixos tangíveis	177.031				177.031
Goodwill	2.991.385				2.991.385
Activos intangíveis					-
Participações financeiras - outros métodos	79.955.550		(79.955.550)		-
Participações financeiras - MEP		(67.837.612)	79.955.550		12.117.938
Activos por impostos diferidos	1.758.869				1.758.869
	<u>84.882.835</u>	<u>(67.837.612)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.045.223</u>
ACTIVO CORRENTE					
Cientes	611.689				611.689
Estado e outros entes públicos	391.418				391.418
Accionistas/sócios	30.475.216				30.475.216
Outras contas a receber	25.170.996				25.170.996
Diferimentos	19.207				19.207
Outros activos financeiros	363.981				363.981
Caixa e depósitos bancários	387.961				387.961
	<u>57.420.468</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.420.468</u>
Total do activo	<u>142.303.303</u>	<u>(67.837.612)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.465.691</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital realizado	44.630.250				44.630.250
Ações (quotas) próprias	(1.135.357)				(1.135.357)
Outros instrumentos de capital próprio	8.507.386				8.507.386
Reservas legais	2.024.635				2.024.635
Outras reservas	1.522.269				1.522.269
Resultados transitados	12.264			364.642	376.906
Outras variações no capital próprio	54.736.502	(67.837.612)	(2.303.302)		(15.404.412)
Resultado líquido do período	(2.198.321)		2.197.672	(364.642)	(365.291)
Total do capital próprio	<u>108.099.628</u>	<u>(67.837.612)</u>	<u>(105.630)</u>	<u>-</u>	<u>40.156.386</u>
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	1.398.737		105.630		1.504.367
Outros financiamentos obtidos	2.036.251				2.036.251
Passivos por impostos diferidos	139.393				139.393
Outras contas a pagar	40.040				40.040
	<u>3.614.421</u>	<u>-</u>	<u>105.630</u>	<u>-</u>	<u>3.720.051</u>
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	367.150				367.150
Estado e outros entes públicos	121.771				121.771
Accionistas/sócios	243.287				243.287
Financiamentos obtidos	4.192.173				4.192.173
Outras contas a pagar	25.664.873				25.664.873
	<u>30.589.254</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.589.254</u>
Total do passivo	<u>34.203.675</u>	<u>-</u>	<u>105.630</u>	<u>-</u>	<u>34.309.305</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>142.303.303</u>	<u>(67.837.612)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.465.691</u>

Os valores na rubrica "Outros" devem-se à reexpressão de contas de 2009.

Reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

	Exercício findo em 31-12-2009 (data do último relato em IFRS)
De acordo com o anterior referencial contabilístico	(2.198.321)
a) <i>MEP</i>	2.197.671
b) <i>Reexpressão contas 2009</i>	(364.642)
	<hr/> 1.833.030
<i>Efeito fiscal</i>	
Efeito total	<hr/> 1.833.030 <hr/>
De acordo com as NCRF	(365.291)

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como se segue:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009				
	IFRS	Ajustamentos de conversão para NCRF	Reclassificações de conversão para NCRF	Outros	NCRF
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados					-
Subsídios à exploração					-
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos			2.197.671		2.197.671
Variação nos inventários da produção					-
Trabalhos para a própria entidade					-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					-
Fornecimentos e serviços externos	(1.878.304)				(1.878.304)
Gastos com o pessoal	(1.000.912)				(1.000.912)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)					-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)					-
Provisões (aumentos/reduções)	(175.000)				(175.000)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					-
Aumentos/reduções do justo valor					-
Outros rendimentos e ganhos	1.378.794				1.378.794
Outros gastos e perdas	(198.745)			(364.642)	(563.387)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1.874.167)	-	2.197.671	(364.642)	(41.137)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(85.144)				(85.144)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1.959.311)	-	2.197.671	(364.642)	(126.281)
Juros e rendimentos similares obtidos	125.715				125.715
Juros e gastos similares suportados	(535.952)				(535.952)
Resultados extraordinários					-
Resultado antes de impostos	(2.369.548)	-	2.197.671	(364.642)	(536.518)
Impostos sobre o rendimento do período	171.227				171.227
Resultado líquido do período	(2.198.321)	-	2.197.671	(364.642)	(365.291)

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa:

	Anterior referencial contabilístico	Efeito da transição para NCRF	NCRF
Fluxos de caixa das actividades operacionais	3.062.275	10.833	3.051.442
Fluxos de caixa das actividades de investimento	125.715		125.715
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(7.190.834)		(7.190.834)
Varição de caixa e seus equivalentes	(4.002.844)	10.833	(4.013.677)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.313.381	(353.148)	3.960.233
Caixa e seus equivalentes no fim do período	310.537	(342.315)	(53.444)

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de

“Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como Goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros e os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas encontram-se registados, ao valor nominal.

3.6 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

f) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, são geralmente registados ao custo amortizado.

g) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica “Outros activos financeiros” ou na rubrica “Outros passivos financeiros”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Estas participações financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados, excepto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (acções não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

b) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação.

c) Outros activos e passivos financeiros designados a justo valor por resultados

São ainda incluídos na categoria de “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados” todos os activos e passivos financeiros, independentemente da sua natureza, que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido designados como tal.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Activos Não Correntes Detidos para venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

- a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões;
- d) Determinação do justo valor de activos fixos tangíveis e intangíveis, de propriedades de investimento e de instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de activos por impostos diferidos.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os activos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.11 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2010 detalha-se conforme se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerário	270.000	
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.216.861	387.961
Aplicações de tesouraria		
	<u>1.486.861</u>	<u>387.961</u>
Activos Financeiros pelo justo valor		
Descobertos bancários (Nota 16)	(2.055.591)	(441.405)
	<u>(568.731)</u>	<u>(53.444)</u>

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2010

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial			8.875	288.191	322.446	12.820		632.332
Aquisições			5.345					5.345
Alienações								
Outras variações								
Saldo final			14.220	288.191	322.446	12.820		637.677
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			7.041	199.989	238.316	9.955		455.301
Depreciações do exercício			1.576	46.825	18.496	92		66.989
Perdas por imparidade do exercício								
Abates								
Outras variações								
Saldo final			8.617	246.814	256.812	10.047		522.290
Activos líquidos			5.603	41.377	65.634	2.773		115.387

2009

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial			6.599	288.191	314.930	12.820		622.539
Aquisições			2.276		7.517			9.793
Alienações								
Outras variações								
Saldo final			8.875	288.191	322.446	12.820		632.332
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			6.599	153.163	200.532	9.863		370.157
Depreciações do exercício			443	46.825	37.784	92		85.144
Perdas por imparidade do exercício								
Abates								
Outras variações								
Saldo final			7.041	199.989	238.316	9.955		455.301
Activos líquidos			1.834	88.202	84.130	2.865		177.031

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31/12/2010 e 31/12/2009 a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com Equipamento de Transporte e Equipamento Administrativo, os quais se encontram denominados em euros.

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme se segue:

	2010		2009	
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transporte	187.306	145.924	41.382	89.493
Equipamento administrativo	249.740	186.871	62.869	143.080
Outros activos tangíveis				
	437.046	332.796	104.250	232.573

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31/12/2010 e 31/12/2009 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	2010	2009
Até 1 ano	38.871	101.321
Entre 1 ano e 5 anos		40.040
A mais de 5 anos		
	38.871	141.361
Efeito financeiro do desconto		
Valor presente dos pagamentos mínimos	38.871	141.361

7 GOODWILL

O Goodwill da Reditus SGPS detalha-se como se segue:

	2010	2009
Tora	1.175.576	
Caleo, SA		2.277.980
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda		713.405
	1.175.576	2.991.385

A empresa Tora foi adquirida em 2010 pelo montante de 1.175.576 euros.

8 ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

As empresas BCCM e Caléo foram reclassificadas para activos não correntes detidos para venda em 2010. A Reditus SGPS tem em curso um plano para venda das empresas e já foram efectuados contactos com potenciais compradores.

Os Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

	2010
Activos	
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	713.405
Caleo, SA	3.190.641
	<u>3.904.046</u>
Passivos	
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	(105.630)
Caleo, SA	
	<u>(105.630)</u>

Os activos incluem 2.991.385 Euros de Goodwill da BCCM e Caléo, para os quais não se esperam imparidades. Os activos estão contabilizados pela quantia escriturada, dado esta ser inferior ao valor pela qual é expectável que estes activos sejam alienados.

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2010			
	Método da equiv. patrimonial	Justo valor	Custo	Total
Participações financeiras				
Saldo inicial	(67.837.612)		79.955.550	12.117.938
Regularizações - Método da equiv. patrimonial	53.706.483			53.706.483
Revalorizações de justo valor				-
Outras variações				0
Saldo final	<u>(14.131.129)</u>	-	<u>79.955.550</u>	<u>65.824.421</u>
Activos líquidos	<u>(14.131.129)</u>	0	<u>79.955.550</u>	<u>65.824.421</u>

	2009			
	Método da equiv. patrimonial	Justo valor	Custo	Total
Participações financeiras				
Saldo inicial			79.955.550	79.955.550
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial	(67.837.612)			(67.837.612)
Revalorizações de justo valor				-
Outras variações				-
Saldo final	<u>(67.837.612)</u>	-	<u>79.955.550</u>	<u>12.117.938</u>
Activos líquidos	<u>(67.837.612)</u>	-	<u>79.955.550</u>	<u>12.117.938</u>

Em 31/12/2010 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

2010									
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	11.075.847	9.143.682	1.932.165	725.086	(357.841)	100%	(357.841)	1.932.165
Reditus Gestão	Lisboa	94.775.391	33.011.629	61.763.762	5.407.388	4.006.090	100%	4.006.090	61.763.762
Tora	Lisboa	9.091.815	6.963.321	2.128.494	3.965.169	965.738	100%		2.128.494
									<u>3.648.249</u>
									<u>65.824.421</u>

2009									
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	12.587.618	9.509.224	3.078.394	760.078	(25.253)	100%	(25.253)	3.078.394
Reditus Gestão	Lisboa	77.830.624	69.703.741	8.126.883	5.407.388	2.061.681	100%	2.061.681	8.126.883
BCCM	Alfragide	903.169	1.008.799	(105.630)	1.576.759	307.154	100%	307.154	
Caleo	França	2.511.141	851.758	1.659.384	2.797.953	(145.911)	55%	(145.911)	912.661
									<u>2.197.671</u>
									<u>12.117.938</u>

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial, excepto no caso das participações consideradas como activos detidos para venda (nota 8).

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31/12/2010.

10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31/12/2010 e em 31/12/2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	56.742	16.479
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores		
Perda fiscal ou crédito de imposto de períodos anteriores		
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correcções de erros registados em resultados		
	<u>56.742</u>	<u>16.479</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(478.027)	(187.706)
Alterações na taxa de tributação e lançamento de novos impostos		
Montantes reclassificados de rubricas do capital próprio		
Diminuição/aumento de impostos diferidos em resultado da avaliação da sua realização		
	<u>(478.027)</u>	<u>(187.706)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(421.285)</u>	<u>(171.227)</u>

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE

	2010	2009
Resultado antes de impostos	486.700	(536.518)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	121.675	(134.130)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	56.742	16.479
Amortizações e Provisões não dedutíveis	7.965	146.310
Multas, coimas, juros compensatórios	26.122	59.181
Correcções relativas ao exercício anterior	142.604	91.160
Outros	135.669	264.942
MEP	(912.062)	(549.418)
	<u>(421.285)</u>	<u>(105.475)</u>
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		(65.752)
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(421.285)</u>	<u>(171.227)</u>

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31/12/2010 e em 31/12/2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	2010	2009
Prejuízos fiscais reportáveis	814.269	1.385.650
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Ajustamentos	557.107	373.219
	<u>1.371.376</u>	<u>1.758.869</u>

11 ACTIVOS FINANCEIROS

Categorias de activos financeiros

As categorias de activos financeiros em 31/12/2010 e em 31/12/2009 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	31/12/2010		31/12/2009			
	Montante	Perdas por	Montante	Montante	Perdas por	Montante
Disponibilidades:						
Caixa	270.000		270.000			
Depósitos bancários	1.216.861		1.216.861	387.961		387.961
	<u>1.486.861</u>	0	<u>1.486.861</u>	<u>387.961</u>	0	<u>387.961</u>

Clientes e outras contas a receber

Em 31/12/2010 e em 31/12/2009 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	2.197.260		2.197.260	611.689		611.689
Outras contas a receber						
Pessoal	265.476		265.476	126.374		126.374
Deved. Por acrésc. Rendimentos	379.786		379.786	1.054.636		1.054.636
Accionistas	5.889.323	(2.461.456)	3.427.868	26.052.337	(2.461.456)	23.590.882
Outros Devedores	1.625.145	(104.971)	1.520.174	504.076	(104.971)	399.105
	<u>8.159.730</u>	<u>(2.566.427)</u>	<u>5.593.303</u>	<u>27.737.422</u>	<u>(2.566.427)</u>	<u>25.170.996</u>
	<u>10.356.990</u>	<u>(2.566.427)</u>	<u>7.790.563</u>	<u>28.349.111</u>	<u>(2.566.427)</u>	<u>25.782.685</u>

12 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31/12/2010 e em 31/12/2009 as rubricas do activo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Gastos a reconhecer	528.748	19.207
	<u>528.748</u>	<u>19.207</u>

Em 2010 esta rubrica contém essencialmente comissões de agenciamento comercial a reconhecer no momento da refacturação das mesmas a empresas participadas.

13 ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Acções Millenniumbcp	1.511.315	1.511.315
Imparidade	<u>(1.259.128)</u>	<u>(1.147.334)</u>
	<u>252.187</u>	<u>363.981</u>

14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em Setembro de 2010 foi realizado um aumento de capital da Reditus SGPS no montante de 6.927.015 euros. Foram assim subscritas um total de 1.385.403 acções, ao preço de subscrição de 7,50 euros, correspondendo a 86,59% da Oferta Pública de Subscrição, que foi subscrita de forma incompleta.

Após este aumento o Capital Social da Reditus passou a ser de 51.557.265 euros representado por 10.311.453 acções ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2010 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

Acções Próprias

Em 31/12/2009 a Reditus SGPS, SA detinha em carteira 182.610 mas em 2010 adquiriu 21.400 acções prefazendo um total no final do ano de 192.793 acções próprias.

	2010	2009
Capital		
Valor nominal	51.557.265	44.630.250
Ajustamento ao valor de Activos Fin	(3.810.118)	54.730.563
Reservas	3.546.904	3.546.904
Acções/quotas próprias	(1.156.757)	(1.135.357)
Prémios / descontos	11.146.578	8.507.386
	61.283.872	110.279.746

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31/12/2010 a reserva legal ascendia a 2.024.635,04 euros.

Prémios de emissão

A variação nesta rubrica no montante de 2.639.192 euros deve-se ao aumento de capital efectuado em Setembro de 2010. Ao valor bruto do prémio de emissão no montante de 3.463.508 euros foi deduzido em gastos de aumento de capital o montante de 824.316 euros.

15 PROVISÕES

Durante o exercício de 2010 os movimentos das Provisões foram os seguintes:

	2010					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	
Aplicações Tesouraria (nota 13) a)	1.147.334	111.794				1.259.128
Outros devedores cob.duvidosa (nota 11)	104.971					104.971
Empresas do Grupo (nota 11) b)	2.461.456					2.461.456
Outras provisões c)	1.504.367	33.763				1.538.130
Aplicações Financeiras d)	925.777				(36)	925.741
						0
	6.143.905	145.557	0	0	(36)	6.289.426

- a) O ajustamento de Aplicações de Tesouraria resulta do valor de cotação dos títulos em carteira (BCP), sendo que o aumento está registado em perdas financeiras;
- b) Estes saldos referem-se a empresas inactivas há vários anos;
- c) Nos aumentos está incluído o montante de 139.393 euros referentes a uma reclassificação de passivos por impostos diferidos relacionados com o proveito de 2004 da Tora por reconhecer, atendendo a que a Administração fiscal considerou que o proveito deveria ter sido reconhecido integralmente em 2004 e a empresa decidiu reconhecer o mesmo em 8 anos. Esta posição da Administração fiscal foi objecto de recurso. A restante variação está relacionada com o método de equivalência patrimonial;
- d) Esta rubrica refere-se a participações em sociedades sem actividade há vários anos, razão pela qual estão reconhecidas as respectivas imparidades.

	2009					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	
Aplicações Tesouraria (nota 13) a)	1.158.167				(10.833)	1.147.334
Outros devedores cob.duvidosa (nota 11)	104.971					104.971
Empresas do Grupo (nota 11) b)	2.461.456					2.461.456
Outras provisões c)	1.504.367					1.504.367
Aplicações Financeiras d)	4.105.381				(3.179.604)	925.777
						0
	<u>9.334.342</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>(3.190.437)</u>	<u>6.143.905</u>

16 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31/12/2010 e em 31/12/2009 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	1.409.548	367.150
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, fact. em recepção e conferência		
	<u>1.409.548</u>	<u>367.150</u>
	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>1.409.548</u>	<u>367.150</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 são detalhados conforme se segue:

	2010		2009	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	17.377.889	1.938.889	1.133.926	2.000.000
	<u>17.377.889</u>	<u>1.938.889</u>	<u>1.133.926</u>	<u>2.000.000</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	2.055.591		441.405	
Conta Corrente caucionada	2.500.000		2.305.425	
	<u>4.555.591</u>	<u>0</u>	<u>2.746.830</u>	<u>0</u>
Total instituições financeiras	<u>21.933.480</u>	<u>1.938.889</u>	<u>3.880.756</u>	<u>2.000.000</u>
Outras entidades:				
Empréstimos obrigacionistas				
			311.417	
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>311.417</u>	<u>0</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Tecnisuporte	25.000			
Tecnidata SI	13.307.501			
Reditus II	118.383			
Redware CS	784.451			
Redware SI	4.881.733			
	<u>19.117.068</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Total outras entidades	<u>19.117.068</u>	<u>0</u>	<u>311.417</u>	<u>0</u>
	<u>41.050.548</u>	<u>1.938.889</u>	<u>4.192.173</u>	<u>2.000.000</u>

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de Dezembro de 2010 são:

- Banco BCP, empréstimo, valor em dívida 1.227.778 €, tem como garantia o penhor de 433.311 acções do BCP;
- Banco BES, empréstimo, valor em dívida 752.000 €, tem como garantias o penhor de 104.426 da Reditus SGPS, um depósito a prazo igual a 50% do valor do empréstimo e uma cláusula que confere ao banco o direito de solicitar o reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo caso os accionistas MPA, JAG, a família Moreira Rato e o AMM, reduzam as respectivas participações no capital da Reditus SGPS abaixo de determinados limites;
- Banco BES, empréstimo, valor em dívida 2.400.000 €, tem como garantia uma cláusula que confere ao banco o direito de solicitar o reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo caso os accionistas MPA, JAG, a família Moreira Rato e o AMM, reduzam as respectivas participações no capital da Reditus SGPS abaixo de determinados limites;
- Conta corrente grupada envolvendo várias empresas do Grupo, banco BES, valor em dívida 3.000.000 €, tem como garantia uma cláusula que confere ao banco o direito de solicitar o reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo caso os accionistas MPA, JAG, a família Moreira Rato e o AMM, reduzam as respectivas participações no capital da Reditus SGPS abaixo de determinados limites;

A parcela classificada como não corrente em 2010 e em 2009 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2010	2009
	<u>Capital</u>	<u>Capital</u>
2011		2.000.000
2012	1.938.889	
2013		
2014		
	<u>1.938.889</u>	<u>2.000.000</u>

17 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 2010 e em 2009 as rubricas “Adiantamentos de clientes”, “Adiantamentos a fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Outras contas a pagar		
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	38.871	40.040
Credores por subscrições não liberadas	601.769	-
Estado e outros entes públicos		36.251
	<u>640.640</u>	<u>76.291</u>
Corrente		
Fornecedores de investimentos	-	101.321
Credores por acréscimos de gastos	675.010	116.195
Outros credores	68.951	841.103
	<u>743.961</u>	<u>1.058.618</u>
	<u>1.384.601</u>	<u>1.134.909</u>

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31/12/2010 e em 31/12/2009 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não corrente				
Contribuições para a Segurança Social - prestacional				36.251
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>36.251</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	105.000			
Estimativa de imposto		620.131		104.549
Retenção na Fonte		21.434		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares				11.938
Imposto sobre o valor acrescentado	465.168		391.418	
Contribuições para a Segurança Social				5.284
Prestacional		7.428		
Outros		16.530		
Outros Impostos		6.896		
	<u>570.168</u>	<u>672.419</u>	<u>391.418</u>	<u>121.771</u>

O montante não corrente está incluído na rubrica “Outras contas a pagar”.

19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31/12/2010 e em 31/12/2009 é detalhado conforme se segue:

	2010	2009
Prestação de serviços	1.466.940	-
Aumentos / reduções de justo valor	8.233	-
Outros rendimentos e ganhos	2.958.809	1.378.794
Juros obtidos (Nota 23)	1.219.818	125.715
	<u>5.653.800</u>	<u>1.504.509</u>

20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Trabalhos especializados	4.897.595	1.524.009
Honorários	7.989	900
Deslocações, estadas e transportes	428.179	90.303
Rendas e alugueres	295.341	125.159
Água, electricidade e combustíveis	48.773	29.016
Comunicação	59.601	17.607
Publicidade e propaganda	23.481	10.746
Seguros	79.139	15.500
Serviços Bancários	112.113	
Outros	154.954	65.064
	<u>6.107.166</u>	<u>1.878.304</u>

21 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	634.677	470.785
Remunerações do pessoal	158.740	56.500
Encargos sobre remunerações	126.939	110.104
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	3.633	10.339
Outros	41.873	353.183
	<u>965.862</u>	<u>1.000.912</u>

22 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	66.990	85.144
	<u>66.990</u>	<u>85.144</u>

23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Rendimentos suplementares	2.897.238	1.206.570
Outros	61.571	172.225
	<u>2.958.809</u>	<u>1.378.794</u>

24 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31/12/2010 e em 31/12/2009 é conforme se segue:

	2010	2009
Impostos	19.695	28.636
Correcções de exercicios anteriores	463.764	364.642
Gastos e perdas nos restantes Investimentos financeiros	120.027	
Outros	143.300	170.108
	<u>746.786</u>	<u>563.386</u>

25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 são detalhados conforme se segue:

	2010		2009	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	303.231		112.681	
Locações financeiras				
Empréstimos obrigacionistas				
Mora e compensatórios	93.309		234.423	
Outros financiamentos	468.444	864.983	15.879	362.983
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos				
Ajustamentos aplicações financeiras				80.572
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos				
Outros gastos de financiamento	63.565	63.565	92.397	92.397
		<u>928.548</u>		<u>535.952</u>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 são detalhados conforme se segue:

	2010		2009	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	13.264		795	
Outras aplicações em meios financeiros líquidos			26.328	
Outros	1.206.554	1.219.818	98.592	125.715
Dividendos obtidos				
Outras entidades		-		-
Outros rendimentos similares		-		-
		<u>1.219.818</u>		<u>125.715</u>

26 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

2010:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			1.423.217	462.705			4.286.313	1.206.554
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão								
Outras partes relacionadas			5.692					
			<u>1.428.909</u>	<u>462.705</u>			<u>4.286.313</u>	<u>1.206.554</u>

2009:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias							1.207.220	
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão								
Outras partes relacionadas								
							<u>1.207.220</u>	

Em 31/12/2010 e 31/12/2009 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2010:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	2.197.260			2.197.260	256.654		256.654
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
	<u>2.197.260</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>2.197.260</u>	<u>256.654</u>	<u> </u>	<u>256.654</u>

2009:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	611,689			611,689			4,663
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
	<u>611,689</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>611,689</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>4,663</u>

Em 31/12/2010 e 31/12/2009 a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos de e concedidos a partes relacionadas:

2010:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias		19.117.068	19.117.068		7.660.505	7.660.505
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u> </u>	<u>19.117.068</u>	<u>19.117.068</u>	<u> </u>	<u>7.660.505</u>	<u>7.660.505</u>

2009:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias			-		30.475.216	30.475.216
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>30.475.216</u>	<u>30.475.216</u>

27 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados no exercício findo em 31/12/10 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 60.000 Euros para a empresa Reditus SGPS e contas consolidadas.

Garantias

À data de 31/12/2010, os compromissos financeiros da empresa que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias são como se segue:

Valor (Euros)	À ordem de	Origem
3.699.871	DGCI	Garantia de pagamento de processos executivos

28 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

O Conselho de Administração da Reditus decidiu propor aos seus accionistas um aumento do capital social da sociedade de 51.557.265 euros para até 81.557.265 euros, a realizar, em dinheiro, no âmbito de uma oferta pública com respeito pelos direitos legais de preferência dos accionistas da sociedade, através da emissão de até 6.000.000 novas acções ordinárias, a subscrever pelo preço unitário de subscrição de 5 euros (correspondente ao respectivo valor nominal).

O objectivo desta operação é fortalecer a estrutura financeira do Grupo Reditus de forma a permitir a continuação do crescimento sustentado nos mercados doméstico e internacional, quer organicamente quer por aquisições.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 90 679 838 euros e um total de capital próprio de 42 580 074 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 907 984 euros), a Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com o sistema de normalização contabilística e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o sistema de normalização contabilística e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.



Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 anterior refira-se que, conforme divulgado nas notas anexas, a Empresa adoptou no exercício de 2010 o sistema de normalização contabilística (SNC), tendo em consequência, reexpresso para efeitos de comparabilidade, a informação financeira reportada a 2009 e anteriormente apresentada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia. Os investimentos em subsidiárias passaram a estar valorizados através do método de equivalência patrimonial, o que originou um decréscimo do activo e do capital próprio de cerca de 68 000 000 euros.

Lisboa, 7 de Abril de 2011



Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2010, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados da Reditus SGPS, SA relativos àquele exercício apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios, tendo recebido sempre a maior colaboração por parte do Conselho de Administração, dos responsáveis operacionais pelos Serviços de Auditoria interna, de Contabilidade, Tesouraria e Serviços Jurídicos.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua actividade, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou a implementação do sistema de gestão de riscos, o desenvolvimento das acções de auditoria interna e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo se deparado com quaisquer constrangimento ao exercício da sua actividade.

O Conselho Fiscal acompanhou, igualmente, a actividade do Revisor Oficial de Contas, fiscalizando os trabalhos efectuados e as conclusões atingidas, no sentido de salvaguardar a sua independência e de avaliar o seu desempenho.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respectivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF").

Adicionalmente, analisou e concordou com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de Conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, aprove o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas do exercício de 2010.

Alfragide, 7 de Abril de 2011

O Conselho Fiscal

Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira – Presidente

Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis – Vogal

Dr. José Maria Franco O'Neill – Vogal